

O Governo de Jerônimo Monteiro caracterizou-se por uma total revolução em termos de dotar Vitória dos serviços de água e esgoto, energia elétrica e transporte de bondes elétricos e também pela criação de um centro industrial na região do Itapemirim. Este governo compreendeu o período de 1908 a 1912. No binário 1908/1910, Jerônimo desenvolveu um programa de infra-estrutura da capital, atendimento de energia e bondes elétricos em Vila Velha e de água em Cariacica.

Desenvolveu um intenso programa de educação em Vitória e localidades vizinhas e ainda em localidades distantes das sedes das cidades das vilas e dos distritos, as chamadas escolas de Quinta Entrância. Criou também um Instituto de Belas Artes em Vitória, que foi fundado e dirigido pelo professor Carlos Reis. Abriu espaços na cidade de Vitória com Serviços de aterro e abertura de bairros e deu casa nova ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Recebeu muitos estrangeiros e com eles firmou contratos para a exploração de madeiras de lei, nas áreas de grandes matas existentes então no Estado. Também firmou contratos para a exploração de minérios de ferro e areias monazíticas, como o firmado com a Societé Minière Industrielle Franco Brasiiliense, para a extração durante dez anos de areias e outros minérios.

A segunda metade do governo, 1911 - 1912, foi marcado pela criação de indústrias na região do Vale do Itapemirim e de um banco em Vitória. As indústrias projetadas compreendiam uma fábrica de tecidos em Cachoeiro de Itapemirim, contratada com a firma inglesa Henry Rodgers, Sons & Cia.¹, uma usina de açúcar, uma usina hidrelétrica no rio Fruteiras, uma fábrica de papel e outra de cimento e ainda uma fábrica de óleo vegetal e uma serraria, todas contratadas com o engenheiro paulista Augusto Ramos. Em 1911, foi criado o Banco Hypotecário e Agrícola do Espírito Santo, mediante acordo celebrado entre o Governo do Estado e os banqueiros J. Loste & Cia.²

Os recentes governos republicanos, tanto a nível federal quanto estadual, tiveram grandes facilidades em tomar dinheiro emprestado com banqueiros europeus. Afinal, a República recém iniciada tentava mudanças estruturais. O Brasil, produtor de produtos primários, necessitava da ampliação da rede ferroviária e de capital que subsidiasse a ampliação da capacidade de produção do setor exportador, além de financiamentos de bens de produção - através da implantação de indústrias simples. A República impulsionou o desenvolvimento da vida urbana, com padrões de comportamento e consumo novos e também como formadora de opinião e dinâmica, pela via da concentração de população fixa ou flutuante e de ocupações variadas.

O governo de Jerônimo coincidiu na escala federal, por algum tempo, por exemplo, com o governo de Nilo Peçanha que,

A reforma da casa

LUCIANA OSÓRIO COSTA

Prof. adjunto do Depto. de História
CEG - UFES

entre outras coisas, caracterizou-se por forçar atividades urbanas, tentando politicamente diminuir o poder dos chamados coronéis no controle político nacional. Nilo Peçanha foi um grande tomador de dinheiro por empréstimo.³

Algumas estatísticas industriais publicadas no livro "O Brasil" e comentadas pelo empresário paulista Jorge Sreet, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 11 de dezembro de 1912, eram assim demonstradas: o capital total era da ordem de 727.719.771 \$ de réis, aplicados em 3.664 estabelecimentos industriais, 168.764 operários produzindo bens no valor aproximado de 811.798.000\$. Estes dados foram todavia contestados por Sreet, que afirmava ser a estatística muito aquém da realidade. Ainda em 1910, segundo Sreet, Nilo Peçanha pensava em elevar para um milhão de réis, o valor dos bens produzidos no setor industrial.⁴

Jerônimo foi um político filho desta época e realizou uma administração voltada para a modernidade, dando vida urbana à capital, tentando diversificar a produção primária e finalmente tentou criar em torno do setor primário empresas de transformação complementares. Para tanto usou dos mesmos mecanismos conhecidos e correntes à época ou seja, financiamentos e empréstimos estrangeiros.⁵ É bem verdade que em vários outros centros do país a urbanização e a industrialização resultaram do dinamismo interno da região. No nosso caso, ao contrário, a política de Jerônimo funcionou como um detonador de atividades, tanto na área urbana quanto na rural, mesmo que a custos altíssimos. O mercado interno capixaba era muito pequeno em termos de renda e atividades. A capital do Estado, com feições coloniais, era pobre e carente de qualquer serviço básico e a população total do Estado, atingia níveis baixíssimos.⁶

Jerônimo assumiu o governo em condições favoráveis à política que viria a desenvolver. Encontrou o Estado com as finanças saneadas, contou com uma larga oferta de financiamento e sobretudo pôde contar com uma Assembléia Legislativa sem opositores (o que, aliás, fazia parte do jogo político da época). O governo fechava os contratos, como os firmados com empresas que construíram a infra-estrutura da capital e também as indústrias do vale do Itapemirim com a aprovação dos deputados. Assim, pelo contrato de 04 de maio de 1911, firmado entre o Estado e o engenheiro Ramos, este teria o direito à exploração das fábricas de açúcar, papel, cimento, óleo vegetal e de uma serraria pelo prazo de 40 anos, sendo que o Estado adiantaria o capital na proporção do andamento das obras.

Em 1911 também foi criado o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, mediante acordo celebrado entre o Governo do Estado e os banqueiros J. Lose & Cia. O estado deu

garantia ao banco por 50 anos, do juro líquido anual de 5% ouro até o capital de 50.000.000 de francos, “representado por 20.000 ações de 500 francos cada uma, no total de frs. 10.000.000 e 80.000 obrigações de francos 500, representativas de francos 40.000.000 e mais a quota necessária até meio por cento pelo mesmo prazo de 50 anos para a amortização do capital obrigações”.⁷

Primeiro foram contratadas as empresas, em seguida foi criado o Banco Hipotecário que imediatamente assumiu o controle das empresas, pagando por elas ao estado a quantia de 1.824.675\$380, referentes ao capital empregado. As empresas adquiridas pelo banco foram transformadas em Companhia Industrial do Espírito Santo.

MARCONDES DE SOUZA (1912 - 1916)

O governador que sucedeu a Jerônimo Monteiro, frente aos negócios do estado, foi o coronel Marcondes Alves de Souza, elemento saído das fileiras do Partido Republicano Espírito Santense.

Marcondes assumiu o governo sem qualquer programa de governo e considerava que o programa já estava definido na postura do partido que o havia eleito. Assumiu o governo com encargos fabulosos, representados pelas garantias dos juros assegurados em contrato, pela dívida interna e também porque não poderia contar com a arrecadação proveniente das rendas dos serviços de água, luz, esgoto e bondes elétricos, pois todos estes passaram ao Banco Hipotecário. Apesar da grave situação, Marcondes mostrou-se imediatamente otimista. A arrecadação no primeiro semestre de 1912 atingiu a cifra de 2.273.447\$292, que comparado com a arrecadação de 1911, pareceu promissora. Contava com o aumento da arrecadação que seria maior ao final do ano, com os negócios do café.⁸

As reservas encontradas pelo novo governo foram aparentemente da importância de 1.650.523\$053, assim discriminadas por bancos e governo:

- Banque Française & Italienne pour L’Amerique du Sud
809.501\$920
- The British Bank of South America Ltda
200.848\$550
- Banco do Brasil
58.216\$899
- Banco Nacional Brasileiro
2.712\$907
- Banco Hipotecário e Agrícola do E. Santo
265.532\$907
- Diretoria de Finanças do Governo
313.701\$0303

Com as reservas existentes e mais o produto da arrecadação, o governo iniciou o pagamento dos compromissos do funcionalismo, com os juros da dívida interna e ainda com o cupon da dívida externa a ser resgatado junto a Société Auxiliaire de Crédit, no valor de 598:489\$153 rs., equivalente a 1.003.336,52 francos. Para efetuar o pagamento dos juntos garantidos por lei ao Banco Hypotecário, o governo recorreu à Assembléia, para aprovação de abertura de crédito extraordinário, tendo em vista que o orçamento em vigor não consignava tais verbas.

Luiz Serafim Derenzi, na “Biografia de Uma Ilha”, refere-se ao Governo Marcondes e ao que lhe sucedeu, Bernardino Monteiro, como Quarto Minguante. Realmente, o período 1912 a 1920 corresponde ao longo período de crise internacional, incluindo a Primeira Guerra.¹⁰ Marcondes iniciou um longo período de poupança e austeridade e comparando a receita com a despesa concluiu que a única saída parecia ser a poupança forçada. A solução mais imediata foi o desemprego de funcionários de Estado. Segundo palavras do presidente, ditas frente à crise, foi que se fazia “necessário fazer grandes economias, reduzindo o número de empregados, diminuindo vencimentos, fundindo vários lugares em outros, sem o aumento dos vencimentos”.¹¹ Assim, suprimiu o lugar representante do Estado na Europa, cargo criado pela lei 755 de 07/11/1911. No Departamento de Interior suprimiu os lugares de 1º e 2º oficiais da Secretaria do Governo. Extinguiu os cargos de 2º engenheiro e agrônomo e ainda de 2º Oficial no Departamento de Agricultura Terras e Obras. No setor de Saúde, suprimiu os lugares de Ajudante de Higiene e de Diretor de Bacteriologia e Análises Químicas e pela Lei nº 912 de 31/12/1912, ficava proibida a acumulação de cargo público. As outras medidas foram de caráter variado, como renovações de contratos anteriormente firmados como aquele com Lichtenfels & Cia., para a exploração e exportação de minérios de ferro e madeiras e todos os demais produtos naturais que fossem encontrados nos terrenos devolutos do estado. Vários outros foram rescindidos, e muito embora nestes não houvesse contratos com garantias de juros, havia concessão e privilégio na abertura de estradas de ferro e fundação de áreas de colonização. Na prática, estes contratos justificavam apenas a existência destas empresas em todo o território do Estado e que apenas exploravam madeiras de lei e seguravam a concessão para especular adiante com o preço da terra. Nesta prática, várias empresas solicitaram concessões para a abertura de estradas de ferro e estas não foram poucas.¹²

Em 1913, o governo aprovou os termos de desistência celebrado com o Bispado de Vitória, Sobre a utilização da fazenda modelo e firmado com o então Bispo, Dom Fernando Monteiro, para uma escola que na prática não funcionava e trazia

despesas ao Estado...

A fazenda foi então transferida ao Ministério da Agricultura. A mesma lei que findou o acordo com o Bispado, a nº 922 de 19/11/1913, rescindiu o contrato com o professor Carlos Rei, fundador em 1910 do Instituto de Belas Artes¹³.

A arrecadação do Estado por esses tempos caía de forma acentuada. O café, por exemplo responsável pela quase totalidade da arrecadação desde 1909 até 1911, não conseguiu atingir os 60 % da receita estadual. Com o advento da guerra de 1914, ficou ainda mais grave a crise do setor, chegando a atingir 30 % a menos do que os verificados nos anos de 1911 e 1912. A crise não foi maior devido à existência dos estoques que foram comprados pelos americanos a preços baixos. O que ocorreu foi uma transferência de estoques para o centro comprador, a preços baixíssimos¹⁴.

Em 1915, Marcondes denunciava a redução da receita, tendo em vista o fato de o governo de Minas Gerais ter ocupado militarmente o município de Marechal Hermes, impedindo que o Espírito Santo efetuasse naquela zona contestada, a cobrança de impostos que subiram a mais de cem contos de réis anuais¹⁵.

Finalmente, não encontrando realmente saída para cumprir os compromissos assumidos, uma vez que a despesa parecia maior que a receita, aumentou a dívida e a inflação através do mecanismo da emissão de apólices. Em 1913, a dívida interna atingiu r.s. 5.741.500\$000 formada por apólices de r.s. 5.731.200\$000 de juros de 5 e 6 % e em títulos ao portador, de juros de 7 %, no valor de r.s. 1.000.000\$000 representada pela emissão de mil apólices, a juros de 6 %. Ainda foram emitidas 90 apólices de juros de 5 %, totalizando r.s. 90.000\$000¹⁶.

NOTAS

1 - A firma Henry Rodgers Sons & Cia. atuava no mercado brasileiro já há alguns anos. Os arados desta firma eram muito populares nas regiões cafeeiras de São Paulo. Mais tarde, em 1882, os arados foram usados nas plantações de cana de Pernambuco. Possuíam também máquinas de debulhar café. in: GRAHAN, Richard. Gr-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850 - 1914, Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 138.

2 - Banco Hypotecário e Agrícola do Espírito Santo Rue Chateaudun, 52 Paris. Rua Pereira Pinto, 4 Vitória - Cachoeiro de Itapemirim

3 - Nilo Peçanha, campista, velho político, abolicionista e republicano de primeira hora, com inúmeros amigos no Espírito Santo, antigos colegas do Liceu de Humanidades. "O liceu carregou a mocidade de vasta região fluminense e de municípios capixabas para haurir cultura e buscar novos rumos no velho palacete do Barão da Lagoa Dourada, solar e ninho de vultos que marcaram firmemente a sua passagem em todas as atividades". PEÇANHA, Celso. Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969, p.12. Nilo Peçanha foi vice de Afonso Pena e governou por um ano e uns meses, devido à morte de Pena.

Edgard Carone em A Primeira República (1889-1930), Ed. Difel, São Paulo, nas páginas 195,199 e 200, traça um quadro dos investimentos estrangeiros no Brasil antes de 1930. Separei os dados relativos ao Espírito Santo.

Capital Inglês no ES antes de 1930 - Milhares de hectares de terras para exploração de côco indaiaçu, rival do babaçu (estas terras estariam localizadas entre Conceição da Barra e Itaúnas e a produção é anterior à 2a. Guerra). Donos da Estrada de Ferro Vitória a Minas e da Leopoldina Railway, que atravessava grande parte do sul do Estado. Capital francês no E.S. antes de 1930 - Credor do Estado em 60.000.000 de francos devidos pelo Banco do Estado em virtude do contrato de 1911 com J. Loste e Cia., banqueiros franceses por empréstimos feitos em 1908 e 1911 com a Societé Auxiliaire de Crédit, de 44.000.000 de francos. Principal depositante do estado, pelo Banco Francês e Italiano. Controlador do Porto de Vitória, por empréstimos feitos para sua construção.

Capital Americano no E.S. antes de 1930 - maiores consumidores de café, que formam 90% da exportação do Estado. Donos, pela Companhia Central de Força Elétrica, pertencente às Empresas Elétricas Brasileiras, da Força, luz de bondes do Estado e, por isso mesmo, únicos fornecedores de energia às empresas do Estado.*

4 - SREET, Jorge, in: CARONE, Edgard. A Primeira República (1889 - 1930). Ed. Difel, Rio de Janeiro e São Paulo, 1976. p. 161.

5 - Para maior conhecimento do governo Jerônimo Monteiro consultar o Relatório Final do Governo Jerônimo Monteiro, 1912. Maria Stella de Novaes em Jerônimo Monteiro sua Vida e sua Obra, Arquivo Público Estadual, Vitória, 1979. Gabriel Bittencourt em Esforço Industrial na República do Café - 1889/1930, Vitória, 1982. Haroldo Corrêa da Rocha e Maria da Penha Cossetti em Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo - 1850/1930. NEP/UFES, 1983.

6 - Algumas estatísticas populacionais comprovam. As Estatísticas Históricas do Brasil, apresentam a população total do Estado em 1908 em 209.783 habitantes, sendo 109.228 homens e 100.555 mulheres. Penha Siqueira, no trabalho O Desenvolvimento do Porto de Vitória, p.64, diz que "contava o E.Santo em 1909 com um total de 299.419 habitantes, aumentando para 379.564 até 1915". Gabriel Bittencourt em Esforço Industrial na República do Café, p.81, diz que Vitória em 1908 tinha a população estimada em 12.000 habitantes. Em 1915, José Bernardino Alves Jr., Secretário Geral do Presidente Marcondes de Souza, dizia que a população de Vitória à época no seria inferior a 20.000 "almas". Relatório dirigido ao Presidente Marcondes Alves de Souza, em 1915, p.13.

7 - MONTEIRO, Jerônimo de Souza. Relatório Final, apresentado à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 1912, p. 31.

8 - Idem, ibidem.

9 - "Em minha mensagem em 08 de outubro do ano passado referindo-me aos fundos que constituíram os recursos líquidos do Estado, na ocasião em que assumi a sua direção, eu dizia que a quantia existente no Banco Hipotecário e Agrícola dependia do acerto da respectiva conta. Assim foi que, atendendo às reclamações desse Banco com referência aos impostos alfandegários e fretes de materiais destinados às fábricas de Cachoeiro de Itapemirim, a sua conta sofreu uma redução de R.S. 98:218\$324, e havendo sido pelo mesmo Banco pago um saque de R.S 200:000\$000 anteriormente feito pelo meu antecessor em favor de Justin Norbert, este pagamento ainda não constava da conta pela qual se aferia do saldo em poder do dito Banco; pelo que em vez de lá haver um saldo de R.S.265:532\$907 em favor do Estado, este ficou a dever ao Banco a quantia de trinta e poucos contos de réis. Do mesmo modo, na Diretoria de Finanças figurava, no Caixa Depósito, uma reserva de R.S. 313:701\$303, quando esta era positivamente de R.S.181:726\$873, por ser a diferença, ou R.S.131:947\$430, constituída em espécie e não em dinheiro; assim também a conta do "Banque Française et Italienne", sofreu uma redução de R.S 151:000\$000, sacados pelo governo passado, em favor do procurador do Snr. Dr. Augusto Ramos, pagos por saldo dos serviços feitos por este senhor com a canalização de água para Vila Velha. Portanto, embora esta quantia tenha sido paga já no meu governo, o saldo de R.S. 1:650.250\$053 ento existente, passou a ser somente de R.S. 1:069.330\$299".

SOUZA, Marcondes Alves de. Relatório dirigido à Assembléia Legislativa em 1913, p.18.

10 - DERENZI,Luiz Serafim. Biografia de uma Ilha. Ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1965, s/n.

11 - SOUZA,Marcondes Alves de. Relatório 1912, p.27.

12 - Verificar o Ementário de Legislação Republicana do Espírito Santo, 1889-1930, Vol.I, Publicado pelo Arquivo Público Estadual, Vitória, 1989.

13 - Maria Stella de Novaes, em carta dirigida ao jornalista Mesquita Neto, então diretor do Jornal A Gazeta, em 28 de dezembro de 1953, rebateu as críticas feitas pelo pintor Homero Massena que se referiu ao Instituto como um centro de "pinturas de almofadas, borboletas, colchas ornamentais". "Lembro-me bem de aquarelas pintadas ali pelas senhorinhas Silvia e Laura Lindemberg, hoje senhoras José Sette e Nicolau Von Schillgen..."Se o Instituto não prosseguiu foi por "uma resolução de ordem econômica, tomada pelo Presidente Marcondes de Souza". In: FREIRE, Mario Aristides. Anotações, depois de 1890 II. Biblioteca Central da UFES. Coleções Especiais, p. 68.

14 - VÁRIOS, In: SIQUEIRA, Penha. O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940, CODESA, Vitória, 1984, p.62.

15 - "Diante de tão premente situação, que tantos trabalhos tem trazido ao governo para amparar o crédito do Estado e fazer face ao pagamento, em dia, do funcionalismo público e dos juros da dívida interna, novas dificuldades aparecem cotidianamente, tornando mais precárias as condições do tesouro estadual, bem como a que vem de surgir com o fato de o Estado de Minas ocupado manu militari o nosso município de Marechal Hermes, impedindo destarde, que o Espírito Santo efetue naquela zona a cobrança de impostos que sobem a mais de cem contos réis anuais".

SOUZA, Macondes. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Espírito Santo em 08 de setembro de 1915, p.14.

Nota: A área em questão ficava situada no oeste do Estado com Minas, zona de litígio. Em 18 de dezembro de 1911, foi firmado com o representante do Estado de Minas, Coronel Bueno Brandão um convênio, através do qual ficava "exclusivamente sob a jurisdição do Espírito Santo o território litigioso, compreendido entre os vales do Travesso, Manhuaçu, Rio Doce e divisor de águas do Guandu e Natividade"... In: NOVAES; Maria Stella. Jerônimo Monteiro sua Vida e Obra. p. 227.

16 - Das mil apólices emitidas, 970 foram destinadas ao pagamento da garantia de juros ao banco. As 30 restantes foram aplicadas em empréstimo aos Srs. Moreira e Rezende. Por fim, as 90 apólices no valor de r.s. 90.000\$000, eram devidas ao governo municipal de Conceição da Barra, em razão da compra que Jerônimo havia feito, do patrimônio do município.

SOUZA, Marcondes. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Espírito Santo, em outubro de 1913, p.28.

(*) NOTA - No Espírito Santo faltam pesquisas historiográficas sobre o custo de vida. A referência que temos referem-se a outros lugares do país. Edgard Carone, utilizou dados de Pires do Rio, para tratar da matéria em República Velha I. Instituições e Classes Sociais 4. ed. (1889-1930). Difel, Rio e So Paulo, 1978, p. 186, 188 e 189.

"A partir de 1911, o custo de vida tornou-se mais presente, como resultado da inflação, crises políticas, etc... O Rio Grande do Sul organizara o truste da banha, causando a alta imediata do seu preço; hortaliças, peixes, frutas, açúcar, café, carne etc..., tem seus preços grandemente aumentados. Em 1912, a tendência altista continua para certos produtos,

principalmente a carne, que além de encarecer some do mercado". p. 188.

1913 - O custo de vida assume formas de agitação. O Partido Socialista organiza comícios para obrigar o governo a tomar providências. p. 189.

1914 - e nos seguintes da guerra, o problema torna-se mais agudo. Em agosto, logo no início da guerra, os gêneros de primeira